

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwinglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 20.000 (Brasil),
US\$ 50.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 75.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 12 A 18 DE AGOSTO DE 1985
Nº 321 - CIRCULAÇÃO INTERNA

POLITICA NACIONAL

KARDEX	(X)
TRAGEM	()
XEROX	()
PREPARAÇÃO	()

SÓ EM SETEMBRO QUE SERÃO ANUNCIADAS AS REGIÕES DA REFORMA AGRÁRIA

A partir de setembro, serão conhecidas todas as regiões do País onde o Governo vai executar a reforma agrária. Elas serão especificadas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que estabelecerá a política fundiária da Nova República e que será aprovado pelo Presidente José Sarney no próximo mês. O Diretor de Cadastro e Tributação do Incra, Carlos Lorena, explicou que o PNRA definirá as regiões prioritárias de cada Estado, mas as áreas específicas para a implantação de projetos de assentamento só serão localizadas nos Planos Regionais (PRRAS). Não há prazo definido para a inclusão dos planos estaduais, que começarão a ser elaborados imediatamente após a aprovação do PNRA, mas alguns Estados, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Bahia deverão ser os primeiros a iniciar a execução da política agrária oficial, porque estão mais avançados no processo de discussão do assunto. A definição das áreas específicas nos PRRAs deverá obedecer sempre a um critério: o Governo só vai desapropriar os latifúndios que não estão sendo explorados, Carlos Lorena observou que o Governo pretende aguardar os planos estaduais para iniciar o seu programa de reforma agrária, mas enquanto isso poderá cuidar dos casos emergenciais, como o dos "brasiguaios". Isso significa que os decretos de desapropriação de terras só voltarão a ser assinados pelo Presidente Sarney a partir de outubro. (O GLOBO - 15/8/85)

SUGESTÕES PARA PNRA TERMINA DIA 20

O Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, solicitou ontem ao Presidente em exercício Ulysses Guimarães, que o PMDB encaminhe sugestões ao Plano Nacional de Reforma Agrária até o próximo dia 20. Também enviou telex a todos os Governadores, lembrando que este é o prazo final estabelecido para o debate em torno da proposta do PNRA. Nelson Ribeiro informou ontem que a meta de assentamentos previstos na proposta inicial - 1,4 milhão de família no Governo Sarney - poderá sofrer alterações no PNRA definitivo, dependendo das informações de necessidades dos Estados. Afirmou também que antes do fim do ano o PNRA poderá ser aplicada

do em alguns Estados que já estão mais avançados na discussão da questão fundiária, como Paraná, Santa Catarina e Bahia, mas observou que, com os recursos à disposição do Governo este ano, "não se poderá fazer tanta coisa, mesmo porque há situações emergenciais, que não dependem do PNRA, e que terão que ser resolvidas". Disse também que a tendência será aplicar o programa inicialmente em regiões que dispõem de melhor infra-estrutura para atendimento dos assentados. Mas fez uma ressalva: nem sempre estas regiões são as que dispõem de maiores recursos fundiários. (O GLOBO - 13/8/85)

PAZZIANOTTO PREVÊ DIFICULDADES COM PRÓXIMAS GREVES

O Governo terá dificuldades em conviver com os movimentos grevistas, no segundo semestre, se permanecer a atual legislação - advertiu ontem o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A sociedade está interessada em discutir o projeto e poderia fazê-lo por três, quatro ou cinco anos, mas isso não é bom para o Governo - disse Pazzianotto a uma platéia de técnicos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA). O Ministro não quis, porém, adiantar quando entregará seu anteprojeto definitivo ao Presidente da República, que o enviará ao Congresso Nacional para aprovação. Ele criticou os sindicatos por, "aparentemente, desconhecerem os limites institucionais e o quadro real da sociedade" ao apresentarem sugestões de modificação de seu anteprojeto. Ele esclareceu que nem todos os setores considerados essenciais, de acordo com seu anteprojeto, terão proibida a realização de greves: A atividade desenvolvida pelo setor é que é essencial. E as greves só serão ilegais se acontecerem em atividades indispensáveis ao atendimento imediato e direto das necessidades básicas da população, explicou. Pazzianotto adiantou também que serão proibidas greves que comprometerem a integridade da empresa ou de algum de seus equipamentos. Não caberá ao presidente da república a decretação da ilegalidade ou não da greve, segundo esclareceu o Ministro. Ressaltando que não é uma proposta definitiva, Pazzianotto informou que, na sua opinião, deve ser atribuição do presidente o reconhecimento do estado de greve nas atividades essenciais. (JB - 14/8/85)

PAZZIANOTTO QUER DIFICULTAR DEMISSÕES

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, anunciou ontem em São Paulo, que um dos próximos passos na reforma da legislação trabalhista será a proposta de alterações do capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que trata dos contratos individuais, para propiciar aos empregados maiores garantias de permanência no emprego. Pazzianotto fez essa revelação no período da manhã, no Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socio-Econômicos (Dieese), ao debater com sindicalistas o anteprojeto da nova Lei de Greve. Ele defendeu a necessidade de "restrição à direito de dispensa" num contexto mais amplo, e não apenas em circunstâncias de greve, como propôs o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Mário Barbosa, após este argumentar que as dispensas por justa causa têm sido uma arma que as empresas utilizam para restringir, na prática, o direito de greve. (FSP - 17/8/85)

CONSTITUINTE

ENTIDADES APRESENTARÃO SUGESTÕES À CONSTITUINTE EM BRASÍLIA, DIA 20

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte irá à Brasília, no próximo dia 20, para apresentar sua proposta de emenda ao projeto de convocação da Assembleia

Nacional Constituinte, enviado ao Congresso pelo Executivo. Os representantes do Plenário já têm audiência marcada com os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Ulysses Guimarães e senador José Fragelli. A audiência com o presidente José Sarney ainda não foi confirmada. No entanto, por não ter conseguido os dois terços de assinaturas no Congresso, necessários à sua apresentação à comissão mista do Congresso, a emenda será transformada em sugestão à Constituinte. A emenda do Plenário quer eleições em 6 de julho de 1986 e instalação em 7 de setembro, prevendo ainda a realização de um referendo popular para a aprovação da Carta que for elaborada. O Plenário, que reúne cerca de 130 entidades da sociedade civil de São Paulo, está organizando uma caravana para ir à Brasília e que será engrossada por entidades de outros Estados. (FSP - 17/8/85)

GOVERNO REJEITA CANDIDATO AVULSO PARA CONSTITUINTE

O Palácio do Planalto quer um mínimo de alterações na proposta de emenda de convocação da Assembléia Nacional Constituinte e não admite a possibilidade das candidaturas avulsas. As duas posições, segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, foram tomadas ontem por consenso, pelo Conselho Político do Governo, reunido pelo Presidente em exercício, Ulysses Guimarães. Chiarelli explicou que a oposição às candidaturas avulsas - uma idéia do Governador paulista Franco Montoro e do Deputado João Gilberto (PMDB-RS) - nasceu da necessidade de se fortalecerem os partidos e do receio de que a futura Constituinte seja impregnada de um chamado "espírito corporativista". O Conselho Político, afirmou o líder do PFL, resolveu também estimular a apresentação de uma subemenda que se destina a criar, entre os constituintes, comissão representativa, com participação proporcional de todos os partidos, encarregada de legislar ordinariamente durante o período de elaboração da nova Constituição. Isso fica como um colegiado que poderá atuar, dependendo das circunstâncias, como Câmara, Senado e Congresso. (JB - 14/8/85)

TRABALHADORES URBANOS

GREVE DE METALÚRGICOS EM SERTÃOZINHO (SP)

Os metalúrgicos da empresa Tecomil S.A., de Sertãozinho, entram hoje no quarto dia de greve e prometem estender o movimento para outra indústria, a Gascom, com 50 funcionários, se fracassar a negociação que será feita hoje a tarde entre representantes da empresa e do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto. "Vamos até as últimas consequências", prometeu o vice-presidente da entidade. (ESP - 15/8/85)

VITÓRIA DA OPOSIÇÃO NA INDÚSTRIA PLÁSTICA (SP)

Terminou ontem, no ginásio poliesportivo do Ibirapuera, a apuração da eleição que apontou a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica de São Paulo. A chapa vencedora, a exemplo do que já havia ocorrido no primeiro escrutínio, foi a de oposição, chapa dois, que obteve 3.703 votos, contra 2.329 votos dados à chapa um, da situação. Martisalem Covas Pontes, que encabeça a chapa dois, ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), é o novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Plástica de São Paulo. (ESP - 17/8/85)

PETROLEIROS PREPARAM GREVE (BA)

Reunidos em assembléia-geral, cerca de 2 mil empregados petroleiros do Pólo Petroquímico de Camaçari, rejeitaram contraproposta patronal às suas reivindicações. Eles decidiram iniciar imediatamente a mobilização da classe, para deflagrar greve geral, no dia 27 ou 28. Os patrões propuseram aumento de 56% para 72,5% do adicional por turno e mais 10% a título de reposição salarial e produtividade. Os trabalhadores querem: 15,7% de reposição salarial, 80% de adicional e mais 8,5% em março. (JB - 18/8/85)

ELEIÇÃO NA FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS (SP)

Pela primeira vez desde 1972, a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo terá uma chapa de oposição concorrendo às eleições para renovação de diretoria, em novembro próximo. Os integrantes do grupo de oposição - liderados por Antonio Toschi, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Osasco - se classificam como à esquerda do PMDB e alguns simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro. Segundo Antonio Toschi, sua corrente representa 12 sindicatos, dos cerca de 35 filiados em situação regular de voto, e se somados aos outros sete órgãos de classe ligados ao PT (sem condições de votar) teriam alguma chance de vitória. O candidato a vice-presidente, contradiz o encabeçador de sua chapa, afirmando que "nunca nos demos com o PT antes e não vamos pedir seu apoio". O candidato da chapa de situação, Argeu Egydio dos Santos, por sua vez, conta com o respaldo da maioria dos sindicatos da categoria no Interior e também com o apoio do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Joaquim dos Santos Andrade. (ESP - 16/8/85)

BANCÁRIOS PREPARAM GREVE

"Os bancários estão se preparando para a greve, nos dias 11, 12 e 13 de setembro, independente de qualquer lei sobre o assunto", afirmou ontem o presidente do Sindicato de São Paulo, Luís Gushiken. Cerca de 160 mil dos 700 mil bancários do país trabalham em São Paulo. Ontem, os bancários iniciaram uma série de atividades com o objetivo de "chamar a atenção da opinião pública e sensibilizar os banqueiros" para suas reivindicações. Basicamente, essas reivindicações estão contidas em sete itens: incorporação dos 25% de antecipação salarial pagos em julho e agosto; trimestralidade nos reajustes salariais; estabilidade no emprego por um ano; elevação do piso salarial, atualmente de Cr\$ 506 mil 806 para o pessoal de escritório; 10% de produtividade; e gratificação semestral nos meses de janeiro e julho. (JB - 16/8/85)

VIGILANTES EM GREVE EXIGEM CUMPRIMENTO DE ACORDO

Vigilantes bancários e de empresas comerciais, em assembléia realizada anteontem à noite, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, decidiram pela realização de uma greve estadual. Eles exigem que as contratadoras de mão-de-obra cumpram o acordo estabelecido no dissídio coletivo de primeiro de fevereiro, que, segundo Airton Donato Botelho, vice-presidente da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo, não está sendo obedecido em todos os seus itens. Botelho afirma que as empresas não estão pagando os 100% sobre as horas extras que ultrapassem as 10h diárias e continuam descontando dos vigilantes o valor do uniforme. Os vigilantes, além de reivindicarem o cumprimento de todos os itens do dissídio de fevereiro, pedem também reajuste trimestral, estabilidade de um ano, horas extras a partir de 8h à base de 100%, 30% de adicional por risco de vida e 10% de produtividade. O primeiro dia de greve começou com doze piquetes, formados por cerca de quarenta pessoas cada um, que percorreram as agências bancárias do centro de São Paulo, conversando com os vigilantes e fazendo com que deixassem seus postos. No início da tarde já não havia praticamente nenhum vi-

gilante trabalhando na zona bancária do centro velho. (FSP - 15/8/85)

JUIZ PEDE ILEGALIDADE PARA GREVE DOS VIGILANTES

Numa audiência de conciliação, ontem à tarde no Tribunal Regional do Trabalho, no Centro de São Paulo, o juiz Rubens Ferrari recomendou que a greve dos vigilantes bancários e de empresas, que hoje entra no quarto dia, seja declarada ilegal pela Câmara de juízes que irá julgá-la no início da próxima semana. A audiência foi solicitada pelo Sindicato de Empresas de Assessoramento, Perícias, Informação e Pesquisa de São Paulo, cujo advogado afirmou que a greve não havia atingido nem mesmo 1% da categoria. O Sindicato dos Empregados, que representa os vigilantes, reafirmou sua posição de que não participou da deflagração da greve e portanto, a desconhecia oficialmente. Assim, a entidade dos empregados não apresentou nenhuma reivindicação ao Tribunal, solicitando, como o sindicato patronal, que a paralisação fosse declarada ilegal. No final da tarde a Associação dos Vigilantes de São Paulo, entidade promotora da greve, apresentou um balanço negativo da participação dos vigilantes na paralisação decidida pela assembleia da categoria no dia 13. Segundo o presidente da Associação, a pouca participação dos vigilantes no movimento deve-se basicamente à precipitação com que a greve foi deflagrada. (FSP - 17/8/85)

GREVE NA EMPRESA DE GÁS DE SP

Os 400 funcionários da unidade de Mauá da Liquigás, responsável pelo processamento e distribuição de 25% das 45 milhões de toneladas de gás engarrafado consumido por mês na Grande São Paulo, entraram em greve no sábado. Ontem o movimento ganhou a adesão dos 350 funcionários de Guarulhos e Osasco e os grevistas querem receber comissão por botijão vendido, além de outras reivindicações. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Derivados de Petróleo do ABC, a greve poderá estender-se hoje para as unidades de Campinas e Santos. Os trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho de 10 horas diárias (8 normais, mais 2 horas extras) para 8 horas, sem redução de salários. A empresa se dispõe a conceder uma jornada de 9 horas, mas com redução de salário e também admite reajustar de 5 para 13 cruzeiros a bonificação por botijão vendido, enquanto os trabalhadores pedem 70 cruzeiros. (FSP - 13/8/85)

LIQUIGÁS PEDE AO TRT QUE GREVE SEJA DECLARADA ILEGAL

A Liquigás S/A entrou ontem no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com uma representação contra a paralisação dos 1.160 trabalhadores que estão em greve. A empresa pediu que o movimento, que atinge hoje o quarto dia útil, seja declarado ilegal por afetar um serviço considerado essencial pela atual lei de greve. Embora o superintendente regional da Liquigás em São Paulo, Vicente Gullo, repetisse ontem que a empresa foi surpreendida pela greve, deflagrada sábado em Mauá e estendida segunda-feira a Osasco e Guarulhos, Danino, representante dos trabalhadores, explica que a paralisação só foi decidida "após negociarmos durante oito horas na última sexta-feira, sem que a empresa avançasse em suas propostas." (FSP - 14/8/85)

TRABALHADORES RURAIS

TRABALHO ESCRAVO NO MATO GROSSO

A polícia de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, está apurando as denúncias de escravidão de trabalhadores na Destilaria de Alcool Brasilândia S/A (Debrasa), no Mu

nício de Brasilândia. O último a acusar a empresa foi o peão Valdevino de Souza, que ontem deveria prestar depoimento a respeito. Segundo ele, logo ao chegarem à região, as pessoas contratadas por "gatos" e empreiteiras descobrem o logro, mas, se desejam retirar-se, são impedidas e forçadas a aceitar as imposições dos patrões. Ainda recentemente, um grupo de homens maltrapilhos chegou à Delegacia de Polícia de Presidente Epitácio, São Paulo, após vencer dezenas de quilômetros a pé. Ao delegado alegaram que tinham escapado da destilaria, onde eram mantidos na condição de escravos. Socorridos pela Assistência Social de Epitácio, eles apontaram também a presença de jagunços armados na propriedade, incumbidos de evitar fugas. Em Três Lagoas, a polícia confirma as denúncias contra a Debrasa o que a levou a ouvir os responsáveis por algumas empreiteiras, intimando-as a sustar a exploração dos peões. Esclarece, contudo, que não localizou pistoleiros na área. (ESP - 16/8/85)

'BRASILGUAIOS' MONTAM O QUARTO ACAMPAMENTO

Começou ontem a instalação do quarto acampamento de "brasílguaio" no Mato Grosso do Sul, segundo garantiu o Prefeito interino deste município, Francismar Vidal Arruda. Ele explicou que a Prefeitura já não tem mais condições de arcar com as despesas com medicamentos, alimentação e agasalhos destinados as 150 famílias que estão acampadas no Centro da cidade, há 40 dias. (O GLOBO - 15/8/85)

POSSEIROS DE SEPETIBA TEMEM AÇÃO DE GRILEIROS

Representantes das 168 famílias de posseiros que há 20 dias estão ocupando 140 hectares de terra em Sepetiba, reuniram-se ontem com o presidente da Associação de Moradores do Bairro de Sepetiba, e manifestaram seu temor de serem retirados da área por grileiros, principalmente pelo advogado Raimundo Tarcísio Bezerra, que se diz dono de 15 hectares de terra. Esta terra estava ociosa há mais de 50 anos, por isso resolvemos ocupá-la - disse Domingos Joaquim de Sá, falando pelos posseiros. Esse advogado, pelo que sabemos, não tem documentos que provem sua propriedade, por isso não aceitamos sair daqui. Para o presidente da Associação de Moradores, os posseiros "chegaram em boa hora", porque a entidade já havia pedido ao Governo a interdição de todas as áreas ociosas e devolutas de Sepetiba, para a instalação de projetos agropecuários e microempresas. Ele diz que em Sepetiba 90 por cento das terras são ocupadas por posseiros e 10 por cento por pessoas com escrituras. Os posseiros vão tentar que o Governo lhes conceda a terra ocupada através de Edgar Ribeiro, presidente da Comissão de Assuntos Fundiários do Incra. (O GLOBO - 16/8/85)

LAVRADORES VOLTAM À INVASÃO

Expulsos da Fazenda Boa Esperança, em Engenheiro Pedreira, Nova Iguaçu, um grupo de 30 lavradores voltou para o local ontem de madrugada. As famílias que ocupam a área há cerca de cinco meses - um total de 300 pessoas - decidiram acampar em frente à Delegacia do INCRA, no Largo de São Francisco, a partir de amanhã, reivindicando a desapropriação da área. Os lavradores contam que ocuparam a fazenda no período de Páscoa, tendo sido expulsos de lá a 13 de maio. A retinada das famílias foi resultado de processo movido pelos herdeiros de Carlo Campanella. À época, eles acamparam do lado de fora da fazenda e, ao fazer o levantamento da Campanella - como a fazenda é conhecida em Engenheiro Pedreira - eles classificaram a terra de improdutiva. Ela não é improdutiva coisa nenhuma, dizem os lavradores. Roçamos o mato, fizemos a queimada e já tínhamos plantado maxixe, quiabo e aipim. Tudo isso já estaria dando se a gente tivesse continuado aqui. Na reunião de ontem, os lavradores, que voltaram à fazenda, contaram com a assessoria da Pastoral da Terra e de associações de moradores da área, segundo eles próprios. (JB - 18/8/85)

POSSEIRO MORTO A TIROS NO INTERIOR DA BAHIA

Três pistoleiros invadiram ontem a fazenda Pau-a-Pique, no município de Marcionílio Souza, a 329 quilômetros de Salvador, matando o posseiro Zacarias José dos Santos, de 60 anos, e ferindo a bala e a facão seu filho Jaudelício dos Santos, além de José Pires dos Santos e dois outros posseiros. A ação foi comandada pelo proprietário da fazenda, o médico veterinário Antônio Guimarães, que fugiu. A fazenda vinha sendo disputada na Justiça pelas duas famílias de Américo Caribé e Pedro Ribeiro, e este último ganhou a questão. Pedro Ribeiro decidiu então vender a propriedade a Raimundo Viana, que a vendeu a Antônio Guimarães. Durante todo o tempo em que durou a questão na Justiça, porém, os posseiros foram se instalando no lugar, tendo o último comprador se decidido a expulsá-los a bala. (O GLOBO - 14/8/85)

BRASILGUAIOS SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA NO MT

Uma criança nascida morta no Hospital de Clínicas de Mundo Novo aumentou para oito o número de mortos (seis crianças e dois adultos) no acampamento de brasilguaios desta cidade, onde se detectou esta semana a existência de uma quadrilha, chefiada por um soldado da PM, que rouba os alimentos destinados ao grupo que é hoje uma verdadeira multidão fraca, doente e faminta. O Prefeito Ademar Antônio da Silva está impressionado com a situação de verdadeira calamidade em que se transformou o acampamento de brasilguaios: "Por enquanto só morreram dois adultos, nestes 60 dias, mas nunca foram feitos exames no acampamento para ver se há entre os habitantes gente com doenças venéreas, tuberculose ou outros males transmissíveis. Na verdade, basta olhar os barracões do acampamento para verificar que não são sem razão os sustos do Prefeito. Os esgotos correm a céu aberto. A rua que sai do acampamento (e passa em frente à Prefeitura) virou um rio de lama formado perigosamente pelas águas usadas no acampamento. (O GLOBO - 18/6/85)

SERGIPE GARANTE DISTRIBUIR TERRA ESTE ANO, SEM LUTA

O Governador João Alves garantiu ontem que, até o final do ano, o Governo de Sergipe coloca em prática o projeto de reforma agrária proposto pelo Presidente José Sarney, doando lotes de terra, sem a ameaça de qualquer conflito, a 1.100 agricultores, "desmistificando a inézia de que a reforma agrária é um incentivo a lutas". Em Sergipe há pelo menos 20 mil trabalhadores sem terra, segundo levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetase), a maioria concentrada na região Norte, onde sempre se registram conflitos, e que exigiram durante os últimos dez anos a participação direta da Igreja como mediadora. (O GLOBO - 17/8/85)

TRABALHADORES FAZEM PASSEATA PELA REFORMA

Cerca de oito mil trabalhadores rurais realizaram ontem em Goiânia, capital do Estado de Goiás, manifestação pública no País após o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo presidente José Sarney. A passeata saiu da sede da Federação dos Trabalhadores Rurais, percorrendo as principais ruas de Goiânia até alcançar a praça Cívica, pregando a necessidade da implantação da reforma agrária. O governador Iris Resende, ao receber uma comissão de trezentos trabalhadores sem terra, em frente ao palácio das Esmeraldas, prometeu o seu apoio à iniciativa, embora pedisse a "preservação da ordem, para não dar gancho a reações dos contrários à implantação da reforma agrária". Compareceram à manifestação representações de 94 representantes dos 112 sindicatos de trabalhadores rurais existentes no Estado. Os trabalhadores querem a implantação da reforma agrária começando por Goiás, onde o presidente da Fetag, Amparo Sesil, diz haver o maior número de latifúndios improdutivo, e onde são constantes os conflitos pela posse da terra em regiões como do Bico do Papagaio e de Porto Nacional. (FSP - 17/8/85)

SINDICALISTAS LANÇAM REFORMA AGRÁRIA E CELEBRAM A MORTE DE MARGARIDA ALVES

Realizou-se no dia 11 de agosto em Guarabira (PB), uma grande concentração que reuniu cerca de 10.000 trabalhadores rurais para celebrar 2 anos da morte de Margarida Alves e lançar o movimento em prol da Reforma Agrária. O ato público foi convocado pelo Polo Sindical do Brejo e contou com a presença e o pronunciamento do diretor adjunto regional do INCRA, do bispo D. Marcelo Carvalheiras, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (SP), Elizabeth Teixeira e sindicalistas da Paraíba. Na ocasião, os trabalhadores ofereceram a Casimiro Alves, um poster de sua esposa e fizeram ouvir uma gravação da líder trabalhista acerca da Reforma Agrária. O ato contou com o apoio do SEDUP, CENTRU e CEDI.

IGREJAS

APELO DA CNBB

A CNBB encaminhou ontem ao presidente José Sarney um documento assinado por dez bispos do Nordeste, pedindo prioridade para a região na aplicação do Programa de Reforma Agrária no País. Os bispos criticam a proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, afirmando que ele incorreu em grave omissão, não definindo claramente a prioridade para o Nordeste, "e deixando a fixação dessa prioridade ao sabor das interpretações e das injunções político-partidárias, que são contrárias a que se implante na região uma verdadeira reforma agrária". Os bispos afirmam que a manutenção do latifúndio é incompatível com a reforma agrária preconizada no 1º PNRA, que tem como objetivo mudar a estrutura fundiária do País. Eles não concordam com a imunidade garantida aos latifúndios considerados produtivos e afirmam que este é um ponto que deverá merecer cuidadosa revisão. (ESP - 15/8/85)

BISPOS LOUVAM A DESCENTRALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A reforma agrária "será o melhor meio de evitar o comunismo em nossa Pátria" e consolidará o regime democrático, mediante um processo de "descentralização da propriedade, da renda e do poder". Esta opinião foi divulgada ontem, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por 20 Bispos do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Eles se reuniram em Santa Maria (RS), para comemorar os 75 anos de criação da diocese, sob a presidência do Núncio Apostólico, D. Carlo Furno, e ao final elaboraram uma moção de apoio à reforma agrária. Nela, os Bispos fazem um apelo "às autoridades competentes para que não retardem, não retrocedam, não desanimem nos esforços em favor da reforma agrária, apesar das pressões contrárias". (O GLOBO - 17/8/85)

CARTA EXPLICA VIAGEM DE BISPO À NICARÁGUA

Antes de embarcar para a Nicarágua - onde foi dar seu apoio à greve de fome do chanceler desse país, o padre Miguel D'Escoto -, o bispo de São Félix do Araguaia deixou uma carta na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, explicando os seus motivos e dando os nomes de outros 23 bispos e entidades brasileiras solidárias com seu gesto. Segundo fontes ligadas à CNBB em Brasília, Casaldáliga explica na carta: "É, no meu entender, um gesto evangélico: pela paz; pela não intervenção; pela autodeterminação dos povos da Nicarágua e de toda a América Central. Para tocar a consciência do Primeiro Mundo, em face do drama e dos direitos da América Central e de todo o Terceiro Mundo". Diz ainda que "há certos

demônios - diz o Senhor - que só se expulsam com a oração e o jejum". Além dos 23 bispos, assinam a carta o Conselho Indigenista Missionário (da CNBB), Comissão Pastoral da Terra (da CNBB), Comissão da Pastoral Operária (da CNBB), movimento dos sem-terra, Central Única dos Trabalhadores e conselhos eclesiais de base de várias regiões do País, além da Executiva Nacional do PT, seu presidente Luís Ignácio Lula da Silva, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) e até a Comunidade Espírita de São Paulo. (ESP - 16/8/85)

ÍNDIOS

ÍNDIOS DESOCUPAM DELEGACIA DA FUNAI NA BA

Depois de três horas de reunião com o Presidente da Funai, Gerson da Silva, mais de 100 índios de sete tribos da Bahia e Sergipe decidiram ontem pôr fim à ocupação da delegacia regional do órgão e permitir o seu funcionamento. Os indígenas ocuparam a delegacia há 36 dias e desde a semana passada decidiram pelo seu fechamento até que Alves viesse a esta Capital ouvir as reivindicações das comunidades. (O GLOBO - 15/8/85)

ÍNDIOS AMEAÇAM REAGIR À AGRESSÃO

Os índios caingangues de Santa Catarina que disputam dois mil hectares de terras com 154 famílias de colonos no Município de Chapecó fizeram ontem um alerta: usarão a força caso algum índio seja agredido pelos brancos. Cerca de três mil índios deverão concentrar-se amanhã na aldeia chimbangue - ocupada por 90 caingangues -, onde a situação é tensa, e segundo o delegado da Funai em Curitiba, Eustáquio Machado, a decisão foi tomada pelas lideranças indígenas de outras quatro reservas depois que a casa do índio Gabriel Fernandes foi incendiada ontem. Já há 500 policiais militares na área e um reforço está sendo enviado pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, segundo informou Machado, que disse que o superintendente da Funai, Apoena Meirelles, já foi informado sobre a tensão na aldeia e comprometeu-se a levar o problema para o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. A solução depende agora do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, que reviu uma decisão tomada por um grupo interministerial em maio, quando foi reconhecido o direito dos índios sobre 1.885 hectares em litígio. (ESP - 15/8/85)

FUNAI ACUSA O PRÓPRIO GOVERNO DE SE OMITIR

O superintendente da Funai, Apoena Meirelles, acusou ontem em Brasília, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário de ter fugido da sua responsabilidade no caso do conflito entre 90 índios caingangues e 154 famílias de colonos, em Chimbangue, Santa Catarina. Meirelles disse que o ministério não aceitou a proposta feita pela fundação ao grupo interministerial responsável pela criação de áreas indígenas. O sertanista acrescentou que a situação na área "é de perigo crescente", pois os posseiros continuam ameaçando tirar à força os caingangues que vivem na reserva. Já o responsável pela questão de terras indígenas no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, o antropólogo João Pacheco, em resposta à acusação de Meirelles, disse que a Funai apresentou ao grupo interministerial uma proposta inviável: retirar todas as famílias de colonos que vivem na área reivindicada pelos índios. "Apoena Meirelles está procurando um bode expiatório para uma situação de difícil solução e que só poderá ser equacionada através de negociação, pois os colonos também possuem direitos adquiridos que não podemos desconhecer." Segundo o antropólogo, as propostas enviadas pela Fundação "não têm sido elaboradas de forma responsável", dificultando a solução de vários conflitos, entre eles o caso de Chimbangue. (ESP - 16/8/85)

NOSSA FORÇA É NOSSA UNIÃO

Companheiros:

Na hora de aperto, nós trabalhadores só podemos recorrer a outros trabalhadores, ou às entidades comprometidas com a nossa causa, para solicitar apoio.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara-MA, há anos vem se esforçando pela organização dos lavradores a partir das suas comunidades, e atualmente conta com 21 delegacias sindicais, que se firmam cada vez mais na luta pela defesa dos nossos direitos e interesses.

Em 1980, o Governo do Estado, sem nenhuma consulta prévia aos trabalhadores e às entidades locais de Alcântara, baixou um Decreto, declarando para efeito de desapropriação, nada menos da metade do Município de Alcântara, em um total de 52 mil hectares de terra fértil. Esta imensa área foi destinada ao Ministério da Aeronáutica para a implantação de um Centro Aéreo Espacial, cujas obras encontram-se em pleno andamento, havendo já um Quartel, a pavimentação da Estrada Alcântara-Itaúna, e outras construções de pequeno porte. Vale destacar que dentro desta área, existem 1.700 famílias situadas em cerca de 80 povoados, totalizando 8.000 pessoas, as quais nasceram e se criaram no Município, vivendo da agricultura, da pesca e da extração de babaçu.

Desde 1983, o nosso Sindicato de Trabalhadores Rurais sustenta uma árdua luta para garantir que os companheiros desapropriados tenham direito, não somente a relocação em terras férteis com dimensões suficientes para as atividades agrícolas necessárias à subsistência de cada trabalhador e sua família, segundo as culturas atuais, mas também, à indenização justa conforme o valor real das suas lavouras e benfeitorias.

Apesar dos nossos esforços junto ao Ministério da Aeronáutica, a definição do tamanho das glebas ainda permanece em estudos... E utilizando vários esquemas de persuasão, este mesmo Ministério vem adquirindo terras e benfeitorias por preços insignificantes.

Este quadro torna-se mais grave à medida que se aproximam as eleições para a diretoria do nosso sindicato, a serem realizadas em novembro próximo. Temos provas concretas da articulação de uma chapa de "oposição" composta por pelegos e traidores da nossa categoria, que vem sendo financiada pelo Prefeito local (PDS) e outras forças reacionárias ligadas à chamada "Nova Republica". O Centro Espacial, também, apoia essa articulação, colocando seus veículos à disposição para viagens dessa articulação aos povoados. Nesta altura, sabemos que o PDS, PFL, e o Centro Espacial estão investindo mundos e fundos para arrancar o Sindicato das mãos dos trabalhadores, a fim de garantir os interesses espúrios dos patrões e tornar mais frágeis a nossa resistência, e a nossa luta pela terra.

Confessamos que diante da precariedade da nossa situação financeira, estamos precisando de ajuda para realizar nossa campanha contra os pelegos e os inimigos da classe trabalhadora. A nossa chapa já está pronta, e não vai dar trégua na luta para manter o nosso Sindicato nas mãos de companheiros comprometidos, na prática, com a organização pela base de todos trabalhadores contra a exploração, e contra a conciliação oportunista com nossos inimigos.

Assim, solicitamos que enviem qualquer ajuda possível para o seguinte endereço: CECÍLIA ROSA BORGES SOUZA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Nome da Agência: PS PM ALCÂNTARA - Filial Maranhão - Agência 1405 - OP: 013 - Conta Nº 1310-9 (ALCÂNTARA - MA, 08 de agosto de 1985)